

OS PILARES DA PONTE

José Hermano Saraiva¹

Tropo semi-obrigatório da atual oratória luso-brasileira: *Basta de belas palavras. Já é tempo de entrar pelo caminho do concreto!* Reticência que fica sempre, até nos que já se habituaram às marés das palavras: *mas haverá terreno para edificar algo mais que promessas, discursos, palavras amistosas?* Evitemos o derrotismo. Belas palavras já são alguma coisa. Os acontecimentos de há meses, relacionados com o aeroporto de Lisboa, evidenciam bem como as boas maneiras são valiosas e como a sua perda pode emolar verrugas, inventar montanhas. E depois: só pode haver mais que palavras quando existam ou bases de sentimentos firmes de simpatia mútua ou plataformas de interesses convergentes e complementares. Quanto a interesses, sem dúvida existem. Mas tem sido feito o esforço de análise e de identificação necessário para que todos, de todos os lados, saibamos quais são e que serviço exigem?

Quanto à simpatia, ela é calorosa, exultante, evidente. Mas resta apurar até que ponto é mútua.

Portugal e Brasil, *povos irmãos*. A expressão foi usada, pela primeira vez, no tratado de *paz, amizade, e boa harmonia entre povos irmãos que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança*. São os termos do texto diplomático que, em 1825, pôs termo ao estado de guerra entre Portugal e Brasil. *Povos irmãos* era muito óbvio, visto que se previa que, a prazo curto, os soberanos dos dois países fossem os irmãos Pedro e Miguel. A diplomacia britânica destruiu essa expectativa, mas a frase ficou pela natural inércia e pela própria força da gravidade do assunto.

(1) Historiador. Ex-Ministro de Educação e Ex-Embaixador de Portugal no Brasil.

A observação sincera pode levar hoje a interrogações, ambiguidades, terrenos movediços, florestas de enganos. Há tempos divaguei sobre a palavra *sotaque*, que é um bom indicativo dessa situação: cada um pensa que o sotaque é do outro. Do lado português mantém-se a ficção lírica de que o Brasil ainda é Portugal. A comunidade de idioma proporciona a base para essa fantasia e a natural amabilidade e simpatia do brasileiro contribuem para a acalantar. Mas os povos são modelados pela terra, pelo clima, pelo sangue, pelos parentes, pelos negócios e, em tudo isso, o Brasil é profundamente diferente de nós. É apenas certo que, entre os seus ancestrais históricos, figurou um antepassado português. Mas isso é chamar irmão ao remoto parente que tem conosco um trisavô em comum. Só que, nesse chamamento de irmão, que nos parece tão simpático e tão óbvio, podem olhos desconfiados ver uma negação da gentiliade brasileira, do Brasil-em-si, autêntico, original, criador da sua própria seiva e filho do seu próprio orgasmo. E o brasileiro, culto ou não, não considera que ser irmão dos descendentes dos tais remotos avoengos lusitanos seja propriamente um elogio. Sente-o, mas porque é cortês, generoso e naturalmente afetivo, não o diz claramente e mantém na face o sorriso de uma afabilidade social.

Do lado brasileiro, sabe-se muito pouco sobre os portugueses: liga-se a idéia de português à de tamanco. E, em cada dia que passa, o abismo faz-se maior. Edificante, porexemplo, é ver a forma como os compêndios de história se referem a Portugal. A idéia central é a de que fomos o forasteiro que lá foi pilhar o ouro e chumbar as grillhetas da escravatura.

No meio destes encontros e desencontros, a diplomacia portuguesa conseguiu, apesar de tudo, definir a idéia de que o Brasil era, no quadro das relações internacionais, *um caso à parte*. Essa ficção diplomática estava inteiramente de acordo com a intuição portuguesa de que em Portugal um brasileiro não é um estrangeiro. Do lado do Itamarati essa tese do *caso à parte* foi sempre acolhida com displicência e, de um modo geral, até 1954, a idéia da Comunidade só serviu de pretexto para sessões solenes. Foi nesse ano que o Tratado de Amizade e Consulta pela primeira vez definiu a idéia de Comunidade como figura de direito público. A obra de Gilberto Freire, repercutida em círculos relevantes e secundada por nomes tão prestigiosos como Sílvio Romero, Graça Aranha, Garrido Torres ou Pedro Calmon, e servida por embaixadores da estatura de Neves da Fontoura, Gama e Silva ou Castro Alves, conseguiu, por algum tempo, manter intato o projeto que realmente visava altos e belos objetivos.

Mas as crises foram constantes. Logo a primeira, e pior de todas, foi a presidência de Jânio Quadros. O assunto das relações entre Portugal e o Brasil passava então por África, e Quadros integrava um fortíssimo movimento que fazia depender a cordialidade do diálogo Portugal-Brasil do nosso comportamento em matéria ultramarina. Nomes de grande

relevo na posição de hostilidade à aproximação lusíada foram Eduardo Portela, Afrânio Coutinho, José Honório, Barbosa Lima Sobrinho, Werneck Sodré. E esses são apenas pontos altos de um sentimento muito amplo e disseminado a todos os níveis da consciência brasileira.

Foi, em todo o caso, a realidade africana que manteve a construção de pé até 1974. A verdade é que as colônias portuguesas estavam ligadas ao Brasil pela dupla amarra da História e do interesse. Na óptica geoestratégica do General Golbery do Couto e Silva, o futuro do Brasil passava por África. Na visão lúcida do economista Delfim Neto, o petróleo de Cabinda podia ter algo a ver com a Comunidade. O lugar-comum *Portugal, porta de entrada na Europa* era uma saudade do tempo em que Lisboa era o porto mais próximo. Mas a noção *um espaço aberto em África* podia corresponder a uma promissora verdade. Naturalmente que todas essas expectativas ruíram com a dramática evolução dos acontecimentos em África. Para muitos brasileiros, foram-se os anéis e ficaram os tamancos.

Uma visão pessimista? É mais exato dizer: um caminho espinhoso. Esta relação tem sido uma espécie de aperto-de-mão em que a outra mão não está lá. Não está, mas sente-se-lhe a falta, o vazio, portanto, uma espécie de expectativa de que venha a estar. A última crise foi salutar: mostrou como uma grande faixa da opinião pública brasileira se interessa pela forma como o brasileiros são acolhidos em Portugal. Aí está um caminho a desbravar. O futuro da relação entre os dois países depende totalmente da utilidade que cada um deles possa ver no outro. Temos alguma coisa que possa ser útil aos brasileiros? Se temos, é altura de meter mãos à obra. Que queremos nós do Brasil? Nada que não tenhamos já: solidariedade, compreensão, abertura, simpatia, um comum espaço de leitura, uma fonte de belas letras. Que pode o Brasil querer de Portugal? Que condimento europeu? Que *know-how* ancestral? Que artes, que cursos, que maneiras, que especialização, que memória? O fundador do reino do Brasil, D. João I lá e IV daqui, resumia tudo isso falando do seu *canapé* na Europa. Suponho que a célebre metáfora exprimia a idéia de reserva complementar, utilidade alternativa, instrumento de manejo. Talvez no séc. XXI ninguém saiba já o que queria o rei dizer com o seu *canapé*. Mas os conceitos de convergência, complementaridade, interdisciplinaridade, política linguística, dimensão do idioma, fundo da memória, continuarão a ser válidos e atuais e suficientemente sólidos para funcionarem como pilares da ponte de que nós-ou-tros, os portugueses, continuamos a sentir a falta.